



ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ACTA

No dia 12 de Dezembro de dois mil e dezoito, realizou-se pelas dezasseis horas, no Meliã Hotel, na Cidade de Maputo, a Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados de Moçambique ("OAM").

A reunião tinha os seguintes Pontos de Agenda:

- 1) Aprovação da Acta da Assembleia Geral anterior;
- 2) Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2019;

A Assembleia Geral foi presidida pela Dra. Fernanda Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e, secretariada pela Dra. Olga Madeira, secretária da Mesa da Assembleia.

Em virtude de não estar reunido o quórum previsto nos Estatutos da OAM, a Assembleia Geral teve início 30 (trinta) minutos depois da hora marcada, com a mesma ordem de trabalhos e com a presença de 40 advogados e 06 advogados estagiários.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a sessão e, antes de pôr à votação a ordem de trabalhos do dia comunicou aos membros que seria dispensada a leitura da acta da sessão anterior, visto que a mesma tinha estado e estava disponível publicamente em formato electrónico no site da OAM , mas deu oportunidade para os presentes se pronunciarem sobre os problemas que tivessem constatado na referida acta.

Pediu a palavra a Dra. Liliana Costa e solicitou aos presentes para abrir a página 11 da acta anterior e recomendou que se corrigisse a parte da acta que se referia à dispensa dos magistrados para estágio. Ela disse que na sessão anterior havia tentado interpretar o artigo do Regulamento do Estágio que falava da dispensa do estágio por parte dos magistrados e por isso o texto não estava correcto.

Por este facto, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu a Dra. Liliana para corrigir o texto e reformulá-lo de maneira correcta. A Dra. Liliana acabou por pedir para eliminar a parte do texto que contestava.

Seguiu-se a votação da Acta da Assembleia Geral anterior tendo sido aprovada, com 45 votos a favor, 01 abstenção e nenhum voto contra.

Depois da aprovação da Acta passou-se para a discussão do segundo ponto da agenda, relativo ao Plano de Actividades e Orçamento para 2019.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidou o Exmo. Senhor Bastonário da OAM para tomar da palavra e fazer a nota introdutória.

O Exmo. Senhor Bastonário usou da palavra começando por saudar os presentes dizendo resumidamente que na programação das actividades para 2019 era preciso ter em conta a conjuntura socio-político do país relacionado com as eleições gerais que se avizinhavam.

O Senhor Bastonário comunicou aos presentes que a OAM estava num processo paulatino de retirada do parceiro OXFAM (ibis). Explicou que a OXFAM estava a retirar gradualmente o seu apoio e a OAM teria que tomar medidas e assegurar a realização das actividades da instituição, principalmente as que exigiam esforço financeiro. Acrescentou que a OAM tinha que redobrar esforços para trabalhar no sentido de garantir a continuidade das actividades da organização.

Referiu que todos os membros da OAM tinham que redobrar esforços para trabalhar no sentido de garantir a continuidade das actividades da ordem.

No que tange ao Plano de Actividades para o ano 2019, o senhor Bastonário pediu para que mesmo fosse apresentado pelo Dr. Hélder Matlaba.

O Dr. Hélder Matlaba usou da palavra e referiu que o plano continha 06 (seis) principais tópicos, tendo, resumidamente, falado dos problemas relacionados com cada um deles, tendo se debruçado, com algum destaque, sobre o tópico relacionado com os riscos e sua mitigação e das medidas e acções que seriam levadas a cabo para a sua redução durante a execução do plano em apreciação.

O Dr. Hélder Matlaba referiu que o próximo ano era atípico quer por causa das eleições presidenciais que teriam lugar, quer, também, por causa das eleições internas na OAM.

Segundo o Dr. Hélder Matlaba, paralelamente a situação acima, far-se-ia sentir na execução do plano o impacto económico resultante da instabilidade no preço e da inflacção que poderão afectar o poder de compra da OAM.

Outra questão não menos importante mencionada pelo Dr. Hélder Matlaba tinha a ver com as negociações entre o Governo e a Renamo e a instabilidade política na província do Cabo Delgado que podiam, ao seu ver, igualmente, afectar a execução do plano.

No que tange os riscos internos, o Dr. Helder Matlaba falou da fraca colecta do valor de quotas e da saída da actual equipe de gestão. Quanto aos riscos externos indicou a situação de doadores que poderiam abandonar o financiamento, bem como dos casos dos parceiros IBIS e OSISA que já estavam a reduzir o financiamento.

Frisou ser necessário garantir o cumprimento das regras e metas dos projectos para não se perder a confiança desses mesmos parceiros.

O Dr. Hélder Matlaba falou da participação da OAM no processo de observação eleitoral e comunicou que estava em preparação um pacote financeiro para remunerar os sujeitos que dele participarem.

Disse ainda que estava em preparação o relatório no âmbito do projecto OSISA e que a referida actividade continuaria a merecer a atenção da OAM.

Recordou os presentes que no ano 2018 foi obtida condenação das empresas Vale, Gendal, Pro Savana e que a OAM iria continuar a defender os interesses das pessoas desfavorecidas.

No que se referia a questão do reforço da capacidade institucional, o Dr. Hélder Matlaba disse que o "Base Line" constituía uma ferramenta bastante útil e funcional uma vez que mostraria aos membros em que fase se encontravam, para onde iriam caminhar e, ainda, o que pretendiam alcançar.

Durante a sua explanação, o Dr. Hélder Matlaba referiu que haveria um Debate Eleitoral no próximo ano e porque esperava ver várias candidaturas havia necessidade de se criarem vários debates.

Falou da terceira conferência dos advogados em Nampula, recordando que no ano anterior havia tido lugar na Cidade da Beira e havia sido muito concorrida e muito frutífera.

Disse ainda que estava previsto um canal de denúncias. Trata-se de uma linha verde cujo funcionamento estava previsto para o próximo ano e que serviria não só para os membros da OAM mas, também, para a sociedade civil para fazer denúncias contra advogados e outras entidades prevaricadoras.

Terminada a intervenção do Dr. Hélder Matlaba, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidou a Dra. Orquidea Massarongo para fazer a apresentação do Plano Financeiro e Orçamento

A Dra. Orquídea usou da palavra e começou por dizer que o Dr. Hélder Matlaba havia feito grande parte do seu trabalho ao falar, no âmbito da contextualização, sobre a situação socio - económica no país.

A Dra. Orquídea referiu que dos aspectos tomados em conta a quando da elaboração do orçamento havia que destacar; "nossas fontes e o apoio dos nossos parceiros". Segundo ela, os parceiros é que escolhiam as actividades nas quais pretendiam dar apoio.

Na sua intervenção, a Dra. Orquídea voltou a falar do impacto das eleições gerais na elaboração do plano estratégico, da Terceira Conferência Nacional de Advogados, uma vez que teria lugar na Cidade de Nampula e, como tal, haveria maiores gastos/despesas. Na ocasião, a Dra. Orquídea convidou os advogados amigos de Nampula para ajudar na angariação de fundos para a realização da Terceira Conferência Nacional de Advogados.

Segundo ela, haveria expansão de serviços da OAM no ano 2019 e a título de exemplo, mencionou que haveria novos Conselhos Provinciais da OAM.

No que tange as receitas, a Dra. Orquídea remeteu os membros à leitura do capítulo relativo a aquela matéria constante do Relatório em análise, mas, entretanto, referiu que não haveria grande variação das fontes de receitas.

Recordou aos presentes que a OAM vivia de fundos próprios (quotas, encargos judiciais e parceiros).

A Dra. Orquídea disse que acreditava que a OSISA não iria abandonar a ordem e que tudo dependia dos membros. Referiu que era necessários que os membros fossem mais organizados atentos a capacidade que existe para implementar os projectos. Segundo ela, de nada valia procurar projectos sem se certificar da capacidade para a sua execução porque isso pesaria negativamente contra a própria OAM e que, certamente, nos anos seguintes os doadores reduziriam o financiamento. Explicou que a OAM é sustentada em 24% pelos fundos dos parceiros e 76% por auto sustento.

No que respeita aos Relatórios, a Dra. Orquídea disse que em 2019 a OAM teria dois Relatórios. Presentemente estava-se a concluir o Relatório do ano 2017 para ser apresentado em 2019 bem como o do ano 2018 e assim se acertaria o passo.

No concernente ao Deficit/superavit/2019, a Dra. Orquídea disse que havia uma margem positiva que estava a ser prevista. Segundo as suas palavras, estava confortável mas, não se devia excluir a procura de outras fontes de receita.

Depois de terminar a intervenção da senhora Dra. Orquídea Massarongo, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidou o senhor Bastonário para usar da palavra.

No uso da palavra o senhor Bastonário disse que pela primeira vez na vida da OAM havia sido feita uma reserva financeira. Tal facto era sinal de crescimento em termos de capacidade institucional o que conquistaria maior confiança dos doadores.

Terminado o pronunciamento do Exmo. Senhor Bastonário a Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou aos presentes para fazer a inscrição para o debate.

Entretanto, antes do início das inscrições, o Dr. Auxilio Nhabanga pediu a palavra para solicitar a correcção dos artigos 133 e 134 dos Estatutos da OAM.

Por sua vez, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral usou da palavra para procurar saber se a OAM estava a receber valores provenientes das custas judiciais, tendo a sua pergunta merecido resposta positiva por parte do Senhor Bastonário.

Depois das inscrições para intervenção dos membros, o Dr. Manuel Caetano falou da falta de previsão de receita para 2019. Perguntou se haveria alguma explicação para tal situação? Falou ainda da importância do Plano Estratégico e perguntou se seria o Plano Estratégico ou o Base Line a ser elaborado que seria usado pela OAM como linha de orientação das actividades?

O Dr. Abdul Nordino pediu a palavra e falou das Receitas e Custas Judiciais. Mencionou que no ano 2017 haviam sido quase 4 milhões de meticais, em 2018 cerca 2 milhões e finalmente 2 milhões para 2019? Pediu explicação sobre esta diferença de valores. Durante a sua intervenção questionou sobre quais as actividades de capacitação a ser levadas a cabo para melhorar a qualidade da advocacia?

Em seguida pediu a palavra o Dr. Abílio Siteo que procurou saber sobre a razão da diferença orçamental dos Relatórios dos DH entre 2017 e 2018?

A Dra. Elna Gomes seguiu-se e começou por felicitar os apresentadores que, segundo as suas palavras, haviam sido eloquentes e didácticos na apresentação. Em seguida perguntou se haveria abates no património da OAM para o próximo ano.

A Dra. Milagrosa Macuacua também pediu a palavra e felicitou os apresentadores pelo brioso trabalho. Na sua intervenção quis saber qual era o valor da reserva financeira que a OAM possuía.

Terminada a fase das perguntas, seguiu a fase das respostas apresentadas pelo senhor Bastonário.

O senhor Bastonário esclareceu que iria se fazer o Plano Estratégico e o Base Line. O Base Line constituía uma exigência do parceiro OXFAM.

No que respeita as custas, o senhor Bastonário disse que havia uma previsão de baixa de custas e prudência para não haver grandes expectativas.

Sobre a pergunta relacionada com a capacitação, o senhor Bastonário respondeu que existiam actividades que seriam desenvolvidas mas que, a capacitação não era só para os Advogados Estagiários. Havia, segundo ele, uma actividade importante que era de alterar os estatutos e depois o regulamento do estágio. Todas as actividades importantes seriam realizadas ao longo do ano 2019.

No que respeita a questão da Reserva Financeira feita pela OAM era de cerca de 8 milhões de meticais.

O senhor Bastonário respondeu positivamente sobre a pergunta feita sobre se haveria formação no ano 2019, esclarecendo que, quanto aos orçamentos os mesmos variavam de acordo com as actividades a serem implementadas.

Quanto a pergunta da Dra Elina Gomes sobre se a OAM tinha alguma previsão do abate do património o senhor Bastonário respondeu negativamente alegando que o património a OAM era pobre mas que, entretanto, no ano 2019 haveria investimento e aí justificar-se-ia a rubrica abate preenchida.

Terminada a fase das respostas e comentários, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidou os membros para proceder a votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2019;

Seguiu-se a votação e foram apurados, 55 votos a favor.

Foi assim aprovado o Plano de Actividades e Orçamento para 2019;

Em seguida, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu oportunidade aos presentes abordarem outros assuntos de interesse para a OAM.

O Dr. Roque Gonçalves pediu a palavra e disse que havia ficado preocupado com o anúncio publico sobre o processo judicial aberto pela OAM contra a INADER, acompanhado de recados. Referiu que o processo estava pendente e não havia sido decidido ainda. Segundo as suas palavras, tal situação era inadmissível dado que o processo judicial tinha sido objecto de vários comentários nas redes sociais acompanhados de recados. Acrescentou que não ficava bem tal situação atento que, em princípio deveria ser a OAM a dar o exemplo sobre o sigilo. Para ele, houve violação dos estatutos.

Em seguida o Dr. Elisio de Sousa pediu a palavra para propor que na Assembleia Geral seguinte a discussão dos estatutos fosse feita artigo por artigo para evitar perda de tempo como de outras vezes.

O Dr. Carlos Martins também usou da palavra e disse que estava preocupado com o artigo 83 dos estatutos sobre a Reserva Financeira. Segundo ele, o

número 2 do referido artigo diz que a OAM poderia criar um regulamento para o fundo de reserva que poderia ser usado para resolver o problema do seguro de responsabilidade profissional. Falou também da necessidade de um regulamento de formação e capacitação profissional, pois, todos os advogados precisam de capacitação.

Não havendo mais questões a discutir a reunião foi encerrada, quando eram precisamente 18 horas e 30 minutos e a presente acta, que depois de lida, conferida, achada conforme e aprovada vai ser devidamente assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pela secretária desta Assembleia.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Fernanda Lopes

A Secretária

Olga Inocência Mahache Madeira